

É positivo o julgamento de Mounier acerca do mundo técnico; tão belo como eram severas as suas críticas contra um certo mundo moderno: «É certo que a idade técnica é toda a natureza posta em questão, para ser reabilitada. É a natureza totalmente empenhada pelo homem ao serviço do homem»⁶⁶.

A preocupação dominante de Mounier, na sua condenação do mundo, como na confiança que nele põe, não será finalmente o futuro do homem? A natureza ao serviço do homem, segundo a sua terminologia, o homem, não indivíduo, mas Pessoa, não é o último termo da preocupação de Mounier. Toda a sua procura, como a sua luta e as suas elaborações serão dirigidas para a edificação dum certo tipo de Humanidade.

Mounier não falou do mundo pelo mundo, mas por causa das Pessoas que fazem o mundo. Só essa tarefa é útil e merece que se dê a sua vida por ela. Mounier trabalhava na edificação de um novo humanismo. E pensava que era preciso construí-lo sobre uma antropologia refundida, em bases novas, tendo em conta uma visão equilibrada do mundo, dos novos dados da época e dum sentido cristão das realidades terrestres. Um elemento complementar daquele que acabamos de estudar deve ser abordado antes de expormos uma conclusão acerca do humanismo de Mounier. Mas isso fica para uma próxima ocasião.

BERNARDO DOMINGUES, O. P.

Professor do I. C. H. T.

CRÓNICA

ENCONTRO COM AGUSTINA BESSA LUÍS

O Instituto de Ciências Humanas e Teológicas marcou encontro, na tarde do passado dia 22 de Janeiro, com Agustina Bessa Luís, para a ouvir falar da sua identidade de escritora e da sua obra, encontro que o Senhor Bispo do Porto, no encerramento, justificaria afirmando que os grandes criadores literários entram mais fundo na análise do ser humano que os simples tratados de antropologia científica.

Apresentação

Encarregado de fazer a apresentação, o Dr. Raimundo de Castro Meireles começou por considerar Agustina Bessa Luís a maior romancista portuguesa de sempre; sem dúvida, o maior escritor que hoje vive no Porto; o «grande caso», «a grande descoberta» depois de Fernando Pessoa, como já se vai dizendo nos meios responsáveis, dentro e fora do país.

A abordagem da vasta obra de Agustina não é fácil... parece mesmo bastante difícil — tão difícil como o acesso à sua casa, no meio de um jardim quase suspenso sobre o Douro, naquela zona urbana quase labiríntica que é a Arrábida...

É que o leitor desprevenido continuamente tropeça na dificuldade do inédito, do insólito, do aparentemente anárquico. É uma surpresa contínua que o obriga a parar para reflectir, para decifrar. Agustina não pratica certo tipo de prosa fácil — tão regular e correcta — que, como escreveu algures, «é a própria burocracia do sentimento».

Poder-se-á dizer, pois, com Eduardo Lourenço — e logicamente — que a obra de Agustina é *des-concertante*, isto é, sai para fora do concerto sonoro dos hábitos e dos lugares comuns; foi-se construindo recatadamente, alheia a escolas, às modas da última hora; à margem dos jogos florentinos, com o seu quê de oportunismo, de vulgaridade promovida e aplaudida.

A Autora dos «Contos Impopulares» não hesita, por exemplo, em se dizer «conservadora», no sentido de fidelidade, sem complexos, a determinadas raízes, a uma certa cultura matriz — e é talvez por isso que se permite avançar por caminhos de originalidade e de criatividade — *desconcertantes*...

Enraizamento local, vital: convém, sem dúvida, acentuar que a obra de Agustina exprime o fundo anímico duma região; está solidamente enraizada no mundo rural de Entre-Douro-e-Minho (Travanca — Vila Meã, de Amarante) e, depois, no Porto.

Agustina é, sem dúvida, uma escritora do Porto — uma cidade que, como diz, vista da outra margem do rio, «tem toda ela uma forma, uma alma de muralha»; uma cidade que, também ela, não é de abordagem fácil; não raras vezes é *des-concertante* (nomeadamente em relação à capital...); uma cidade de «burgueses» — que «não tiveram cronistas, só tiveram guarda-livros», como escreveu um dia Agustina...

Mas, advirta-se que, partindo do húmus natal, a obra de Agustina sobe com facilidade ao plano do universalismo e do intemporal, como descobriu um José Régio, já em 1953, a quando do aparecimento do romance «A Sibila», uma das suas muitas *figuras arquetipais*.

Além disso, a partir de certos traços da sua obra, é de presumir que Agustina se reclame também da sua ascendência castelhana, de Zamora. A sua Avó materna, de quem herdou o nome, era zamorana.

O génio ibérico é, como se sabe, um misto de realismo e de idealismo ou misticismo — mistura que se tem querido ver já no retrato proto-histórico que é a Dama de Elche, do Museu Arqueológico de Madrid; e, depois, numa Santa Teresa de Ávila, em Cervantes, em Unamuno...

Ora, os críticos têm todos acentuado em Agustina a presença indissociável de dois mundos: o mundo visível e o invisível; o mundo real e o mundo simbólico; o facto concreto, objectivo e a sua interpretação moral.

«Que são romances?» pergunta algures Agustina, e responde: «um feirar de casos; presenças estudadas; um coro de actividades morais».

A sua obra romanesca será pois uma pesquisa obstinada do *mistério dos seres* no claro-escuro das «relações humanas» inter-pessoais: «o homem não foi feito para a tranquilidade, mas para procurar a Paz», explica.

Análise exaustiva, desbordante de personalidades, situadas francamente num tempo e num espaço, com a sua dupla atracção da imanência e da transcendência.

Escreveu Agustina que «a vida, por constante que seja uma ideia, não é uma ideia». Temos, pois, Hegel decisivamente superado por Nietzsche. Daí, o calmo vivencialismo existencial ou vitalismo passional que determina o comportamento sinuoso, labiríntico, das suas personagens.

Mistério dos seres... os seres confrontados pelo mistério do tempo e pelo mistério do cosmos — eis mais propriamente alargado o tema da longa *meditação sapiencial* que é a obra de Agustina.

Daí, logicamente, necessariamente, o problema, a questão de Deus.

A este propósito, Agustina disse em entrevista à *Voz Portuguesa*:

«Alguém teve um dia a suprema leviandade de considerar a minha obra, uma obra sem Deus. A verdade é que nomear muito a Deus é mais admitir-lhe a fábula do que comungar no seu mistério».

Deus — «algo que só aproximadamente podemos exprimir»... dizia aqui.

Pouco dada ao pietismo, mas muito interessada na Fé e na Sabedoria supra-racional dos místicos, diz Agustina: «A Fé não é uma receita para a felicidade das pessoas. É a vigilância do homem frente à morte: morte no sentido de desesperação e renúncia do espírito. — E o que é o espírito? Alguma coisa que não precisa dos recursos da imaginação para sobreviver... Para muitos, Deus é um recurso da imaginação e assim se inclui na função de um ópio. Mas isso não é o Espírito».

Aí temos a rejeição de *Deus como alibi*.

Um biógrafo e crítico recente da obra de Agustina teve a feliz ideia de aproximar a sua complexa arte romanesca da «arte da rosácea», citando muito a propósito Rainer Maria Rilke.

Obsevemos que a rosácea é, antes de mais, um conjunto de mil e um fragmentos recolhidos, organizados, com nexos, compreensíveis, finalmente. É assim um pouco a obra de Agustina.

Observemos ainda que, nas grandes catedrais, a rosácea do transepto norte está

sempre escura, na penumbra; a rosácea do transepto sul, ao contrário, é incendiada pelo sol do meio dia; a rosácea da frontaria, essa é suavemente iluminada pelo sol poente.

Aí estão três orientações, três tempos, três tónicas contrastadas, mas equilibrando-se no universo complexo, claro-escuro, que é a obra de Agustina.

Uma obra que, convém sublinhá-lo, é servida por uma escrita eminentemente plástica, visual e, paradoxalmente, conceptualista — mas nada retórica.

Faz lembrar águas-fortes de Goya. Uma espécie de «concerto barroco», como já alguém disse, só aparentemente repetitivo, no retomar constante do tema inicial; uma escrita simbólica, cheia de aforismos, pulvilhada de sentenças morais; uma ironia constante, que nem é socrática nem voltaireana mas é simplesmente feita de distância e de consciência aguda do contingente e do relativo, em contraste com o eterno permanente — o homem de sempre na mobilidade do tempo.

O Dr. Meireles deu, em seguida, a palavra à Escritora.

COLÓQUIO

Uma vida tem muito pouco significado se não se distribuiu na memória de maneira desigual. Vejo agora que os meus livros não tiveram todos a mesma inspiração. Alguns há que correspondem apenas a um exercício destinado a manter o eixo da imaginação em constante afinação. Tudo o que um autor tem para dizer decerto caberia em poucas páginas. Mas é preciso que a sua energia emocional se repercuta através da presença que encarna até nas suas obras menores.

O meu primeiro livro que toca uma realidade essencial foi *A Sibila*. Foi escrito para participar num concurso e teve como desafio essa problemática, séria e fútil ao mesmo tempo, da competição. Os meus melhores livros nascem dum recrutamento concreto da sociedade que os solicita, dum troca, por dizer assim. *A Sibila* foi produzida num transe agudo de memória. Todo esse mundo até aí baço e repartido pela pequena história doméstica tomou ascendente sobre a própria memória. Os personagens, que eram pitorescos ou afectuosos, ganharam um recorte transcendente, que os libertava da simples função humana.

Sou uma pessoa concreta, como são aquelas de raiz ainda fixada à terra, que conheceram na infância essa aliança poderosa com a terra. O que me desgosta na maior parte da literatura de preconceito rural é o dramatismo de que a querem impregnar. O drama é uma reflexão e não o acontecimento. Quem sofre, não explica nem se move historicamente. À medida que nos afastamos das coisas simples, transformamos essas coisas em mitos, como seja a convivência sem classes baseada na confiança e no eixo comum dum cultura, convivência muito mais cheia de afinidades do que a sociedade sem classes, que é a platitude do investimento humano.

Estou perante um auditório constituído na maioria por jovens; o que me obriga a lançar um olhar para o meu tempo de juventude e procurar lá as afinidades e a linguagem adequada. Tornamo-nos fracos à medida que a sensibilidade se apura e que as ideias nos vão parecendo uma presunção fastidiosa. A juventude tem com ela a vocação da obediência, e a própria rebeldia, nela, é uma dinâmica da obediência. Depois, perde-se um pouco essa graça, à medida que a morte nos rodeia e nos solicita. Fica só a solidão irrecuperável face ao mundo, e desenvolvem-se relações com outros territórios, do espírito especialmente. Por isso as grandes obras são produto da solidão e da maturidade que a habita. Há porém jovens em quem o tempo produz o mínimo de efeito; existem em

qualquer idade com uma espécie de invulnerabilidade das suas próprias células. Vivem submersos num rio de corrente igual, raramente tocados pelo medo ou pela esperança, que são as forças transformadoras mais profundas. Mas direis: — Se um jovem não é agitado pelo medo ou pela esperança, como pode participar e produzir uma obra? É que uma obra pode medir-se pelo medo e pela esperança que a activaram, mas só enquanto à lógica e não à essência.

Vivi a maior parte do tempo no Porto. A minha família, de um lado, classificava-se como proveniente de uma aristocracia provinciana em que o gosto e melancolia genuína, que é a melancolia do bem-estar, deram a curiosidade pelos livros. Do outro lado, o amarantino, era gente de lavoura, com períodos de ruína e de abastança e a conseqüente filosofia. Eu acho que essa instabilidade de agrários endividados e conhecedores dos prazeres poupados e dos vícios moderados deu origem a uma gente espirituosa e nada simples. O provinciano não é simples, é só tratado como tal. Ele próprio solicita esse tratamento, porque na lhaneza se encobre o prestígio íntimo das ambições. Vêde só quantos governantes são provincianos, que é o contrário de serem aldeões. A província, com as suas obrigações de trato e o seu protocolo de vizinhança, afina a fantasia e reforça o conhecimento do amigo e do inimigo. Em geral são pessoas pacientes, que vivem sem muita exorbitância, não como se a monotonia os satisfizesse, mas como se se preparassem para aplicar o seu capital memoriado.

O que mais impressionou a minha infância foram as estantes cheias de livros (duas, — não mais) que havia em casa de meus avós. Alguns eram obras latinas ou francesas, *A Guerra das Gálias* e *O Elogio da Loucura*. Mas os que sobretudo me conduziram a um estado de ponderação sonhadora foram as obras pícaras da literatura castelhana, como *O Lazariño* ou a parte primeira do *Quixote*, que me fascinava; não o seu lado crítico mas o humano, como o episódio em que o fidalgo manchego cose as meias rotas, à noite, no castelo onde é hóspede ludibriado. E as cartas de Teresa Pança, achava-as de uma grandeza singular, pois em arte copia-se o sublime, mas o vulgar é difícil de imitar.

Aprendi a ler aos quatro anos e não me lembro de ter soletrado. A minha professora, D. Inês, pequenina, com um sinal no rosto que parecia feito de tafetá preto, dizia que era capaz de fazer de mim «alguma coisa». Mas o meu primeiro vocabulário foi espanhol. Em casa de meus avós toda a gente falava espanhol, e os contos que eu ouvia tratavam das guerras carlistas e não da Maria da Fonte. Eram histórias sanguinárias em que havia sempre um lendário rancor contra a Guardia Civil. Tratavam sobretudo de emboscadas, cercos de lobos, mortas que se levantam no caixão à meia-noite porque um ladrão lhes puxou do dedo médio um anel; e o dedo médio tinha comunicação com o coração. Essa atmosfera de arrojo e de expiação enchia os meus dias de infância. Brincava sozinha, rodeando-me de personagens imaginários a quem destinava um papel e de quem ouvia os discursos. Às vezes, as altas árvores exóticas do jardim eram pessoas com nome próprio e um carácter formado. Uma era d'Artagnan, outra Riche-lieu. E também mulheres triunfais, não pelas leis do nascimento mas pelas razões da meritocracia. Aos seis anos, tudo isto era uma realidade sem jaça, quase como trazer o sol na mão dentro do pão de trigo. Só mais tarde já com doze anos e mais, entrei na conjuntura das lendas campesinas, estranhamente parecidas às de Gogol, com feitiçarias e suas paródias. Conheci bem a saga dos insensatos, dos burlões, dos pequenos finórios que sempre se arranjam nas tabernas para comer a ceia e não pagar, e nas feiras para vender o cavalo manhoso. O José do Telhado, mestre de jogo do pau antes de ser quadrilheiro, andou pelas eiras da minha casa, ajustando a chaqueta enquanto pedia cruzados novos emprestados; nas dobras da faixa trazia a navalha. Mas não se falava

dele, ou pouco. Não é honra conhecer ladrões nem mesmo para lhes comemorar as proezas. A propriedade tem uma peso tão sagrado, que ameaçá-la é correr o risco de ficar detido entre a desunião dos vivos, mais pesada que a justiça.

Quando tive idade para ler romances já me pareciam enosso manjar, e pulei essa época de certezas fantásticas de castelãs e lordes entre o sadismo e o capricho de casta. Abri uma excepção para Emilie Brontë, um génio sem maneiras como a própria Cathy de *O Monte dos Vendavais*.

Eu tinha quinze anos quando escrevi o primeiro livro, cujo manuscrito tenho ainda. Não sei já que história contava, mas em parte a acção decorria na Argentina. Eu tinha um tio de alto mérito, vagabundo intelectual, que me falava da Argentina; e primos que para lá emigraram, todos da região zamorana, inclinados a professar e em buscar fortuna longe. Nos meus livros, não raro eu retomava essa tendência de família, como no que escrevi agora. Ao escrever o *Santo António* foi um pouco como se juntasse as duas vocações — do exílio e da entrada numa ordem. Não por chamada mística, por simples atitude de concentração. Não há espírito místico nisto, mas talvez uma disciplina, um desejo de equilíbrio e de reunir forças porventura em risco. É nessa medida que eu digo que escrever o *Santo António*, com o conseqüente espaço a ser percorrido na idade média, foi para mim uma terapêutica. Mas tudo é uma terapêutica, até mesmo a morte.

O que mais me interessou sempre, no panorama a ser inserido na novelística, foram as mulheres, desde as adolescentes até às velhas opinosas e, de certa maneira, livres como nada mais neste mundo. As mulheres são inesgotáveis porque não acreditam que se repetem. Elas acham que se movem dentro dum círculo de ilegalidade, e na ilegalidade não há repetição.

Passados anos de trabalho constante, surpreende-me sempre que ele seja reconhecido e apreciado. Os artistas conjugam a mais densa obstinação com a dúvida. São capazes de se comportarem com extremos de orgulho pela obra que produzem no momento e completa desilusão quando ela está realizada. Escrever muito, ou pintar, ou compor música, tem como significado manter o período de ilusão num ponto propício à criação, impedindo a insinuação da dúvida. A minha educação foi excelente porque me deixou a liberdade de a harmonizar com o carácter e o sentimento. Não me moldou demasiado, não tive mestres demasiado convencidos do meu talento, e isso fez com que eu me desenvolvesse sem o compromisso da minha qualidade. Acho que actualmente o grande campo da decepção dos adultos faz com que eles se voltem para a criança com excessiva atenção. O facto de se ter produzido um tipo esteticamente ideal, com prejuízo do tipo ético, faz com que as pessoas desistam cedo desse padrão inatingível. No mais benigno dos casos dedicam-se a depor nos filhos esperanças insensatas e dominadoras, que os deprimem num futuro mais ou menos longo.

O melhor da infância é o clima de protecção que vem dos adultos, sem intervir-mos na sua aura profissional, na sua importância cívica, sem tomarmos consciência da sua natureza falível. Eu fui uma criança feliz porque não estive ligada ao que amava, sem prejuízo desse amor. Fui feliz porque os privilégios que usufruí eram consequência dum todo de que participava o núcleo familiar e a comunidade que eu frequentava. Não eram portanto mimos, mas sim partilha. Dum modo geral não tinha facilidades que ultrapassassem o merecimento, e mesmo este era constantemente posto em causa por outro merecimento maior. Era uma aluna média, que tomava o estudo como o inconveniente duma classe burguesa e pouco estimulante, sem imaginação mas também sem surpresas violentas. Tive a sorte de viver todo o período da razão até à adolescência

numa vila marítima, onde tudo era familiar, quase austero, mas pleno de liberdade. Não era só a família que nos protegia, mas toda a comunidade nos acompanhava sem olhares proféticos, apenas atentos. Nesse tempo, eu lia muito, via cinema e não tinha amigas íntimas. De facto, não era íntima de nada, senão dum obscuro movimento de avanço, que fizesse atingir a maturidade das próprias aspirações. Escrevia bem, mas não descobria nisso qualquer utilidade. Desejaria antes nadar com perfeição e impressionar os outros com qualquer talento premiado pelo aplauso imediato. A primeira revelação que tive da minha vocação literária foi através de um filme de que só li o argumento e nunca cheguei a ver. Tratava de uma jovem que se torna actriz famosa à medida que a sua insignificância vai produzindo uma espécie de camada protectora do talento. Por equívoco, porque não confiam nela, lançam-na no terreno onde as oportunidades a esperam, e de que ela usa com perfeito à vontade. Difícil foi, de certo modo, burlar a barreira da mediocridade que a protegia enquanto ela não se destacasse. Senti que eu própria tinha que viver assim, fazendo da glória uma fatalidade e não uma exigência.

Já vai longa esta história. Às vezes lembro-me das idades passadas e sinto um certo frio no coração; porque elas estavam carregadas de escrúpulo para com o meu destino e era desconfortável aquilo de ser convocado mas não escolhido. A Bíblia, que foi a minha primeira grande opção romanesca, com as suas narrativas fantásticas e capazes de ligar o céu com a terra, dizia-me que há mulheres loucas e mulheres prudentes; todas levam uma lâmpada acesa e batem a uma porta. Mas para algumas a lâmpada apaga-se e a porta não se abre. Esta imagem impressionou-me profundamente. E ainda hoje sinto um tremor quando nela penso.

Agustina Bessa Luís

BIBLIOGRAFIA

NEVES (Joaquim Carreira das) — *Jesus de Nazaré Quem és Tu?* Colecção «Espírito e Vida» N.º 1. Editorial Franciscana, Braga, 1980. 205 mm × 140 mm; 366 pp.

Portugal tem sido entre os países de tradição católica um dos melhores viveiros de literatura religiosa que, se por um lado, podemos classificar de devocional e piedosa, infelizmente, por outro, temos de reconhecer como pouco esclarecida e educativa para a inteligibilidade possível da fé. O pior inimigo da devoção acaba por ser a falta de fundamentação doutrinal e coragem mental no aprofundamento das questões que a fé põe à razão. Passada a onda da euforia sentimental e do entusiasmo religioso fica a desilusão do vazio devocional e a amargura do obscurantismo religioso. Num país sociologicamente cristão e católico, como o nosso, é deveras confrangedora a dificuldade em encontrar, para pessoas medianamente cultas, obras vernáculas de carácter religioso que reponham em termos actuais a doutrina católica. De quando em vez, surgem algumas tentativas que quase nos aparecem como lampejos de fogos fátuos na obscuridade da nossa produção bíblico-teológica. Ora eis-nos aqui e agora perante um trabalho literário que procura sair do devocionalismo «piegas» e situar-se no plano médio da elucidação cultural com bases técnico-científicas. Diga-se, desde já, que este livro do P. Carreira das Neves, professor de Sagrada Escritura na Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa, nos parece francamente acessível para quem tenha um certo grau de cultura liceal, apesar de se debruçar sobre problemas algo técnicos e especializados, um pouco do foro da exegese bíblica. Aliás, o A. pretende, parece, exactamente tocar pontos fulcrais da fé católica, estudando-os, como que por ricochete, a partir do ponto de vista das pessoas que, imbuídas duma certa cultura «laico-liberal», histórico-criticamente se questionam sobre esses mesmos pontos. É por isso que, justificadamente, o A. se faz acompanhar, em cada capítulo, duma bibliografia técnica e actualizada que é como que a garantia da solidez e seriedade do seu trabalho. Não se trata duma obra apologética, mas a nota defensiva ou combativa aparece mais ou menos em pano de fundo no tratamento das questões. Jesus, o doce Jesus da devoção, o misterioso Jesus da fé, é aqui simplesmente abordado à luz daquilo que, em teologia, se costuma chamar «o Jesus da história e o Cristo da fé». É este, na verdade, o ponto de arranque desta colectânea de estudos que, paradigmaticamente, o A. resume sob o título interrogativo, algo retórico ou académico: «Jesus de Nazaré — Quem és Tu?» É curioso que já o próprio Jesus foi o primeiro a promover acerca de si mesmo um inquérito ou sondagem de opinião pública: «Quem diz o povo que eu sou?... E vós quem dizeis que eu sou?» (Mat. 16, 13-15). Na perspectiva do A. vê-se que ele quer englobar o problema Jesus, numa trilogia a publicar na colecção «Espírito e Vida» que constará ainda dum volume sobre «Jesus Cristo — História e Fé» e doutro sobre «Igreja de Jesus, — Quem és Tu?» Oxalá eles apareçam para bem da cultura religiosa! Entretanto, ao apresentar os vários temas tratados por capítulos, permitimo-nos, antes de mais, fazer algumas observações que